**Tecnologias de Informação e Comunicação
e participação política: os protestos ocorridos
no Brasil e em Portugal entre 2011 e 2013¹**

Rafael de Paula Aguiar Araújo – Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo

rafael.araujo1977@gmail.com

<https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1.7>

Recebido / Received 01.01.2019	Aceite / Accepted 05.02.2019	Publicado / Published 29.10.2019
-----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

Como citar este capítulo / How to quote this chapter:

Araújo, R. P. A. (2019). Tecnologias de Informação e Comunicação e participação política: os protestos ocorridos no Brasil e em Portugal entre 2011 e 2013. In B. Carriço Reis & S. R. Magos (Coords.). *Comunicação Política*. Lisboa: NIP-C@M & UAL, pp. 187-223. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/4376>. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1.7>.

¹ Este trabalho é resultado de um estudo de pós-doutoramento realizado junto à Universidade Autónoma de Lisboa entre junho de 2014 e fevereiro de 2016, orientado pelo professor Bruno Carriço Reis.

A tecnologia exerce impacto em todas as atividades políticas e sociais. Essa realidade tem acompanhado a história da humanidade, estabelecendo novas dinâmicas e estruturas que apontam para a evolução de práticas, de cultura, de instituições. O desenvolvimento tecnológico acelera-se em progressão geométrica, notadamente a partir da revolução eletrônica e, mais especificamente, a partir da internet. O tempo da natureza e da interação simbólica entre os seres humanos entre eles e o meio em que vivem, guarda, no entanto, limites de adaptação a essa crescente velocidade. Essa assimetria entre o tempo social e natural e o tempo tecnológico, que acompanha o desenvolvimento do capital, é em si um problema a ser enfrentado.

Diante do rápido avanço do desenvolvimento tecnológico e também do acelerado processo de acessibilidade a essas tecnologias, temos visto um novo fenómeno se instaurar em diferentes partes do mundo. O acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), somado a diferentes aspetos conjunturais, resultaram em uma onda de manifestações políticas nas ruas de algumas das principais metrópoles do ocidente. Partindo da ideia do geógrafo Milton Santos (1994) de que vivemos hoje em uma cidade técnico-científica-informacional, esse trabalho procura responder a seguinte pergunta: os protestos ocorridos em Portugal e no Brasil, entre 2011 e 2013, apesar de suas particularidades e contextos distintos, possuem características comuns que nos possibilite identificar um padrão global de atuação para o ciberativismo? Ao assumir uma perspectiva comparada, o objetivo deste capítulo é analisar se os movimentos ocorridos são sintoma da época em que vivemos, notadamente marcada pelo

desencantamento com o sistema de representação política por parte dos cidadãos e pela presença e acesso às tecnologias.

A onda de protestos que tem ocorrido no mundo teve início na Tunísia em 2011 e se alastrou por diferentes países, conforme aponta Castells (2013). Se de fato a ideia de Milton Santos está correta, não será coincidência que as ruas de diferentes partes do mundo tenham sido tomadas. Falar de um determinado estágio de desenvolvimento tecnológico implica muito mais do que a identificação dos objetos tecnológicos construídos. Implica o reconhecimento da forma como a sociedade o recebeu e o impacto no cotidiano social da presença desse objeto. Além disso, é importante ressaltar que a técnica e a tecnologia aplicam-se também às formas de controle e sociais e, nesse sentido, se estendem às instituições, às técnicas de gestão e de desenvolvimento de políticas. Ou seja, pensar a cidade técnico-científica-informacional implica reconhecer que a população possui acesso às ferramentas tecnológicas, mas também que o Estado se estrutura a partir de um determinado conjunto de técnicas e procedimentos. O resultado da conjunção entre a forma como os governantes e os governados se apropriam das tecnologias em geral para diferentes fins aponta para o nosso problema de pesquisa.

Esse trabalho parte do reconhecimento de que os diferentes protestos ocorreram em conjunturas distintas, mas aposta que o estágio de desenvolvimento tecnológico é relativamente homogêneo no mundo, por conta do processo de globalização e consequente trocas informacionais. Além disso, aposta, pelas

mesmas razões, que o sistema económico mundial passa por um processo de esgotamento e que o ocidente, de forma geral, passa por uma crise de representatividade do Estado. O pesquisador João Sousa confirma essa ideia:

O que temos assistido contemporaneamente na sociedade portuguesa é a uma crescente visibilidade de um conjunto de factos que, envolvendo na sua maioria figuras destacadas e instituições da vida política, contribuem para a redução do capital de confiança das populações em geral, e dos eleitores em particular, nesses organismos (2013: 7).

O diagnóstico feito por Sousa em relação a Portugal vale perfeitamente para o Brasil. Esses três elementos, o acesso às TIC, a crise económica e a crise da representação política, podem ser identificados nos dois países, além disso, nas duas realidades podemos verificar o resultado de um longo processo de desinteresse pelas instituições públicas e consequente fragilidade na cultura política. Portanto, a pesquisa parte da hipótese de que esses elementos comuns explicam características semelhantes presentes nos diferentes protestos examinados nos dois países e podem apontar para uma nova fase no desenvolvimento democrático.

O trabalho divide-se em duas partes. Inicialmente é feita uma análise do significado do avanço tecnológico e a compressão espaço-temporal para a formação da cibercultura. Esse debate é relacionado à fragilidade da cultura política e aponta para o debate sobre participação e uso das ferramentas tecnológicas. Em seguida são avaliados os casos de Portugal e Brasil, procu-

rando elucidar os pontos comuns que nos permitam defender a hipótese de pesquisa. Por fim, são tecidas algumas considerações. Espera-se apresentar uma reflexão sobre o significado da presença das tecnologias em nossa época, no que diz respeito à capacidade de mobilização, mas, principalmente, em relação ao uso das TIC como meio que viabiliza novas formas de participação no processo de desenvolvimento democrático.

Tecnologia: tempo, espaço e cultura política

Ao analisar a velocidade do mundo contemporâneo, o geógrafo Milton Santos recupera a noção de lugar e seu gradual esvaziamento. O movimento de tudo, pela forma como ocorre, animado pelo capitalismo globalizado, resulta na ideia de desterritorialização, que é, de acordo com o autor, “frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização” (1996: 262). O resultado é a fissão dos sistemas simbólicos, que se constituíram a partir de práticas sociais e culturais ao longo dos anos e que compõem a cultura e caracterizam o lugar. O contato com a internet, ou melhor, com o ciberespaço, e todo o conjunto de trocas informacionais que a constitui, implica a construção de novas cadeias de significação que dão forma a uma nova cultura. Trata-se de uma maneira de lidar com um novo tipo de espaço, avesso ao lugar, cujas significações ainda precisam ser construídas. A rede de significações que se estabelece nas cidades virtuais e que compreende a ação social a partir da inércia espacial e, ao mesmo tempo, do movimento temporal, caracteriza o que chamamos de cibercultura. Trata-se

de uma cultura que se edifica pela velocidade com que ocorrem as práticas simbólicas nas infovias.

O contato das sociedades com essa cultura da velocidade faz emergir um conflito entre o local e o global, o homogêneo e o heterogêneo. As práticas sociais, políticas e económicas, bem como as instituições e os indivíduos passam a reorganizar os seus trajetos e características reconstruindo ativamente a existência da sua significação, além de reestabelecer o espaço e o tempo de formas distintas. Nesse sentido, Santos confirma que,

a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. (...) Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (1996: 272).

O convívio que se estabelece entre o real e o virtual a partir das práticas dos cidadãos midiáticos, especialmente os que têm acesso ao ciberespaço, implica, sobretudo, pensar como a consideração da *praxis* a partir de uma referência espacial virtual caminha por se estabelecer de forma autónoma, independente dos próprios indivíduos. A velocidade com que se consolida uma cultura virtual oferece aos homens um espetáculo sedutor e cria a sensação de que os signos brotam a partir do presente, rompendo com a própria história. A convulsão do tempo social mostra-se ameaçadora na proporção em que se perde o fio da história com as bases em que se estabeleceram as cadeias simbólicas. As imagens passam a dispensar o referente e a constituir-se de forma independente, o mesmo ocorre com as lingua-

gens, personagens e informações diversas. Com isso o homem não está simplesmente usando a mídia para fazer veicular uma informação a outro homem, mas está relacionado com informações cujo emissor muitas vezes está oculto ou diluído. No entanto, isso não faz com que se questione a veracidade das informações, elas são simplesmente aceites e adicionadas ao cotidiano.

A forma efêmera e superficial que caracteriza a informação representa um perigo para a política. O afastamento dos cidadãos do espaço público, que ocorre por uma série de motivos, é alimentado pelos meios de comunicação e por uma cultura do lazer e do consumo. Diante de tal fato, como pensar a ciberpolítica?

Pierre Lévy (1996) considera os impactos causados pelo crescimento da cibercultura como a massificação e o cálculo do consequente fortalecimento do capitalismo globalizado, a partir do aumento do consumo dos bens culturais e materiais produzidos pela Indústria Cultural. Mas o autor dedica a maior parte da sua análise a observar outras possibilidades para o fenómeno de que estamos a tratar. Lévy aponta para a oportunidade que a cibercultura oferece de acompanharmos,

as tendências mais positivas da evolução em curso é criarmos um projeto de civilização centrado sobre os coletivos inteligentes: recriação do vínculo social mediante trocas de saber, reconhecimento, escuta e valorização das singularidades, democracia mais direta, mais participativa, enriquecimento das vidas individuais, invenção de formas novas de cooperação abertas para resolver os terríveis problemas que a humanidade deve enfrentar (1996: 118).

A avaliação otimista das possibilidades da cibercultura trás consigo o risco de ignorar os prejuízos que causa, a contar do fortalecimento do grau de distinção material entre classes sociais.

A presença da velocidade, tal como a estamos a considerar, impede que os benefícios do mundo virtual sejam socializados de maneira equânime, ainda que o número de pessoas conetadas seja cada vez maior. Essa assimetria de acesso à tecnologia faz com que a maioria da população seja vítima da compressão espaço-temporal que se tem promovido desde o advento da mídia eletrônica, sem que os benefícios do mundo virtual sejam devidamente socializados. Mesmo considerando o sucesso de programas de inclusão digital, a velocidade com que as tecnologias se desenvolvem impossibilita que elas sejam partilhadas, chegando, muitas vezes, de forma defasada à população. Diante da balança de prós e contras, somente podem desfrutar dos benefícios os que materialmente têm acesso à tecnologia e aos saberes necessários para a cibercultura. Esses saberes certamente permitirão a alguns uma vida mais confortável, com as suas possibilidades ampliadas, porque condizem com a velocidade crescente do mundo, no entanto, a ausência desses saberes na maioria das pessoas soma-se à balança como um fator contrário à igualdade. Nesse sentido, a cibercultura, pelo menos até agora, tem contribuído para a manutenção da hegemonia daqueles que convivem com a velocidade e a virtualidade, e possuem as ferramentas necessárias para se adaptar e, principalmente, para se instrumentalizar. No que diz respeito ao ativismo político, uma hipótese interessante é a de que aqueles que possuem acesso às tecnologias de ponta estão na organização dos movi-

mentos, enquanto os que estão conectados de forma precária participam reproduzindo os discursos e fazendo volume às causas.

Esse debate, no entanto, aos poucos esvazia-se. Hoje vemos na literatura especializada uma aposta na ampliação do acesso ao mundo virtual. Ocorre que ao avaliar os sítios de interesse, ou mesmo a qualidade dos debates que se estabelecem na *Web*, rapidamente é possível constatar uma ausência de cultura política entre os usuários. Quer dizer que os aspetos positivos, crescentes com a rápida socialização do acesso, esbarram na falta de interesse pela política e na argumentação rasa, vazia de criticidade, que encontramos na maioria dos fóruns da internet.

Portanto, ao identificarmos a falta de cultura política nos cidadãos estamos a lidar com uma realidade difícil de ser modificada. Primeiro porque de fato a política não se mostra interessante, assim como a leitura e a lentidão dos processos sociais. A lei do novo de que nos fala Milton Santos (1994) é imperativa nas cidades modernas e os homens estão desabitutados ao tempo reflexivo. Segundo porque existe uma parafernália de inutilidades e futilidades que são extremamente sedutoras e são acompanhadas de uma poderosa indústria do lazer, que ocupa todo o tempo humano que o mundo do trabalho não ocupa. Isso explica a gritante diferença do número de acessos entre os *sítes* com conteúdo político e os *sítes* voltados para o lazer e a interação virtual.

O crescimento das redes sociais trás consigo um novo fenómeno, o de colocar em contato os indivíduos cada vez mais isolados

nas cidades. A substituição da interação presencial pela mediação eletrônica implica a representação instantânea do espaço subtraindo a realidade sensível de um processo de coprodução. Segundo Paulo Virilio,

A observação direta dos fenómenos visíveis é substituída por uma teleobservação na qual o observador não tem mais contato imediato com a realidade observada. Se este súbito distanciamento oferece a possibilidade de abranger as mais vastas extensões jamais percebidas (geográficas ou planetárias), ao mesmo tempo revela-se arriscado, já que a ausência da percepção imediata da realidade concreta engendra um desequilíbrio perigoso entre o sensível e o inteligível, que só pode provocar erros de interpretação tanto mais fatais quanto mais os meios de teledetecção e telecomunicação forem performativos, ou melhor: videoperformativos (1993: 23).

Os avanços tecnológicos promovidos pela modernidade têm permitido um progressivo esvaziamento do indivíduo, especialmente no que diz respeito à sua percepção espaço-temporal. O espaço material gerou através da técnica a possibilidade do espaço virtual, que permitiu deslocar relações sociais dos seus contextos originais criando para elas novos cenários, mais volúveis e difusos. Segundo Lévy, no entanto, “o virtual não se opõe ao real e sua efetivação material, mas sim ao atual” (1996: 16). O virtual, nesse sentido, seria a extensão do real que se apresenta em potência e se efetiva em ato no ciberespaço. As imagens virtuais fazem mediação da realidade e mostram-se como possibilidade daquilo que materialmente não se realiza. Com isso

podemos encontrar no ciberespaço uma possibilidade de reen-
cantar o mundo e fazer viver os mitos que a razão coibiu, mas é
preciso deixar claro que essa realização deve permanecer limi-
tada virtualmente para que não promova conflitos na existência
dos indivíduos e, principalmente, para que não forneça, como
consequência para o mundo real, o incentivo da alienação. Pen-
sar essa possibilidade de reencantamento, no que diz respeito
às movimentações políticas contemporâneas, implica um risco
de esvaziamento.

O enfrentamento das possibilidades do ciberespaço implica a
adequação aos fluxos que estabelece. O que antes possuía di-
mensões concretas transforma-se em impulsos elétricos em
constante movimento e deslocamento, daí a sensação de não-
-lugar, de inexistência do espaço, de desterritorialização. Marc
Augé diz-nos que o lugar normalmente é associado a uma ma-
terialidade definida por relações simbólicas, míticas, identitá-
rias e históricas do grupo social a que pertence e o não-lugar é
marcado por uma relação com o espaço sem tais pressupostos
(Augé, 1994). São não-lugares os espaços que promovem a au-
sência de identidade das pessoas, espaços em que não se ha-
bita e não se socializa. O ciberespaço ainda que se caracterize
como um lugar de passagem por ser movimento constante e ser
deslocamento contínuo de significados, configura-se, ao mesmo
tempo, como possibilidade de criação de vínculos identitários a
partir da comunicação virtual entre indivíduos, da resignificação
da memória e da leitura hermenêutica. O ciberespaço, portanto,
tem um caráter dialético, pois ao mesmo tempo que possibilita
a formação de tribos identitárias e socializações, também possui

as características de um não-lugar que não se fixa, que não propicia raízes, pelo seu movimento contínuo e autónomo e por sua afinidade com simulacros.

A população, de forma geral, por conta da hegemonia do mundo do trabalho, guarda uma relação frágil com a cidade, com a polis, e acostuma-se a diferentes tipos de sociabilidade virtual. O contato com as informações mediadas pela internet, caracterizadas pela velocidade e superficialidade, contribui para a construção de uma expectativa imediatista em relação à coisa pública e, por conseguinte, alimenta-se uma cultura política efémera.

Por um lado, o ciberespaço impede que sejam estabelecidos laços entre os cidadãos e suas cidades, dando um caráter imaterial para algo que deveria ser concreto. Mas por outro lado, essa imaterialidade das relações é uma realidade presente nas metrópoles contemporâneas, gerada e abastecida pelo sistema-mundo capitalista, e é responsável por boa parte das informações que compõem a opinião pública. Então, a questão do civismo vê-se diante de uma realidade tal que não é mais possível ignorar a presença das TIC no cotidiano. Trata-se, portanto, de não lamentar a falta de cultura política gerada pela efemeridade da internet, mas identificá-la como elemento central do cotidiano das cidades e explorar as possibilidades de ação política, a despeito dessa realidade, que se constituem em um ciberativismo. Além disso, é importante verificar se a ação política na internet é capaz de fomentar uma cultura cidadã.

Se, por um lado, podemos encarar os cidadãos virtuais como seres privilegiados por transitarem nas duas esferas, a material e a

virtual, e por encontrarem a possibilidade de resistir ao mundo racional, também devemos lembrar que a junção desses dois espaços implica uma evolução desastrosa no que diz respeito ao entendimento natural do corpo humano como fonte primária de socialização e comunicação. Enquanto vemos o avanço das infovias e da cultura da velocidade como condições que alteram o real, vemos os corpos artificializando-se e abandonando sentidos concretos para substituí-los por sentidos efêmeros, mais adaptados ao novo *habitat* virtual. É preciso atentar para as relações afetivas que sempre vincularam os indivíduos e para a forma como têm sido violentadas pela velocidade das informações, pelo tempo de produção, pelos deslocamentos contínuos e pelo isolamento espacial.

David Harvey, ao falar de “compressão tempo-espço” (1989: 242-247) amplia a discussão do movimento já previsto por Marx, mas acirrado contemporaneamente, para um colapso que, além de atingir o capitalismo em sua coesão, atinge o próprio indivíduo. Trata-se do colapso do mundo em cada sujeito, ou seja, um colapso no mundo subjetivo e imaterial, e não apenas no objetivo e concreto. A pós-modernidade é tratada por Harvey como uma modificação perceptiva, e a modificação violenta da relação tempo-espço fornece importantes pistas para seu entendimento.

As conexões que se estabelecem na cidade virtual reclamam a necessidade de espaços de fixação, criando uma situação informacional setorializada e fragmentada, aumentando a sensação de efemeridade. Essa realidade, uma vez diagnosticada e irre-

versível, tem sido catalisada por diferentes grupos da sociedade civil organizada. Valendo-se de diferentes ferramentas tecnológicas os novos movimentos sociais e diferentes grupos da sociedade civil organizada procuram fazer uso de estratégias de mobilização que sejam capazes de fomentar a participação de diferentes maneiras da população de tal forma a exercerem pressão junto aos gestores públicos. Se por um lado ocorre essa mobilização e é possível verificar nos últimos anos um conjunto de movimentos sociais ocupando as ruas a partir da mobilização pelas TIC, por outro lado, é importante reconhecer que esses movimentos foram caracterizados pela velocidade e efemeridade e, muitas vezes, pela ausência de cultura política. Esse fenômeno característico de nossa época, típico de cidades técnico-científicas-informacionais, pode ser examinado mais detidamente a fim de se encontrarem elementos capazes de contribuir para o momento em que vivemos, quando o ciberativismo reconhece a ausência de organicidade política por parte dos cidadãos e inclui essa realidade às estratégias de mobilização. Esse processo afina-se com a emergência da sociedade civil como ator político importante e, ao mesmo tempo, com a diminuição do Estado provedor, que passa a se constituir como Estado gerencial.

As TIC podem auxiliar no estímulo e desenvolvimento da participação política, mas esse processo não é automático e depende de algumas variáveis, entre elas, a cultura política de cada lugar. Matos (2007) busca relacionar a cultura de confiança e comportamentos cooperativos com a comunicação mediada por computadores. Segundo a autora, é a partir da reconstrução do debate sobre o conceito de capital social em Robert Putnam (2002)

é possível compreender o fortalecimento da democracia e das práticas coletivas. Assim, para que as ações na internet ganhem viabilidade e se concretizem é necessário que se desenvolva e se consolide o capital social como um fator responsável por promover a formação de uma comunidade fortemente engajada para a realização de mudanças sociais. As redes sociais são um espaço em que pode se desenvolver o capital social através de práticas colaborativas e interativas.

Dentro da sociedade organizada no paradigma de rede (Castells, 1999), as redes sociais configuram-se como uma nova morfologia social, uma vez que promovem mudança nos processos produtivos, nas relações de poder e na cultura. Na nova configuração social e informacional, o espaço digital cria condições para aumentar a concentração de poder e exclusão social; por outro lado, possibilita a tessitura de novas relações sociais desenvolvidas e alimentadas a partir da horizontalidade característica das redes cívicas, que são conetadas *online* e *offline* com o intuito de promoverem o desenvolvimento local (Frey, 2003).

Atuando no ciberespaço e no paradigma de rede, a sociedade civil, em suas diversas formas, promove novos tipos de ações coletivas, gerando novas formas de ativismo e empoderamento por meio de articulações em rede e participação política. Scherer-Waren (2006) destaca que estamos a vivenciar um novo formato de organização da sociedade civil, que se constitui por redes de movimentos sociais articuladas em diferentes níveis. Seria possível reconhecer o desenvolvimento de uma esfera pública alternativa (Moraes, 2000), pela qual os movimentos

sociais e entidades da sociedade civil podem expressar suas visões, enquadramentos e identidades sem a mediação da mídia tradicional, criando uma agenda pública alternativa e mais aberta para a intervenção social. O ciberespaço transforma-se em espaço estratégico de comunicação e disputa simbólica que permite que as organizações da sociedade civil desenvolvam estratégias de visibilidade, ampliem a capacidade de articulação, organização e mobilização política.

O uso das TIC têm ganho destaque na sociedade contemporânea por contribuírem significativamente para alterações nas relações sociais em diversos sentidos. As TIC têm possibilitado mudanças no processo de produção de bens materiais e imateriais; têm viabilizado o exercício de influência direta nos sistemas políticos, ao possibilitar novas formas de atuação e ação; e têm contribuído na produção de novos valores sociais, culturais, económicos ou políticos. As transformações não são apenas no modo de desenvolvimento das políticas institucionais, mas também na forma como outras arenas públicas têm sido ocupadas. Nesse sentido são exemplares os protestos que têm ocorrido no mundo, pelo menos desde 2011, como analisa Castells (2013).

O intenso uso das tecnologias abriu novas possibilidades para que a sociedade civil pudesse ampliar a sua participação ativa na vida pública, ampliando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos, possibilitando um maior envolvimento dos atores sociais. Além disso, a própria produção de informação e a disputa pela formação da opinião foram transformados, deixaram de ser unidirecionais e verticais, como na mídia tradicional,

e passaram a ser multidirecionais e horizontais. A partir dessa arquitetura os espaços de compartilhamentos e debates se configuram como condição para a construção da cidadania.

Nos últimos anos podemos observar diversas mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. Novos arranjos sociais implicam em um novo *modus operandi* a partir de algumas características da sociedade civil contemporânea como a sua fragmentação, complexidade e pluralidade. Por outro lado, o Estado também passa por mudanças significativas na sua organização e funcionamento, principalmente após anos de governos neoliberais no Ocidente. O enfraquecimento do Estado também auxilia no crescimento e desenvolvimento da organização da sociedade civil. Com isso, esses novos arranjos institucionais e sociais ampliam significativamente os espaços de participação cidadã.

Em Portugal é possível identificar uma situação muito parecida. O pesquisador João Carlos Lopes de Sousa, ao analisar as recentes manifestações políticas, faz uma retrospectiva do desenvolvimento do Estado português descrevendo que formação do estado providência e sua consecutiva falência. De acordo com o autor,

O que está em causa é todo o processo histórico de déficit de desenvolvimento económico, social, cultural, educacional e científico, de um país que tem a pretensão, também histórica, de ser considerado um entre pares europeus. Uma relevante etapa para esse empreendimento foi a integração europeia em 1985 com a assinatura do tratado de adesão em Lisboa. Para

o que nos interessa, que é de forma sintética alegar a hipótese de que existe uma relação íntima, entre menor desenvolvimento do Estado Providência em Portugal e o défice de participação política e cívica (Sousa, 2013: 18)

Nessa perspectiva, a arquitetura em rede da internet, somada às ferramentas de interação, tem possibilitado uma criativa agenda de ações políticas, que podem significar um avanço no desenvolvimento dos processos democráticos. Essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado e viabilizam diferentes articulações da sociedade civil. As TIC, nesse sentido, têm sido usadas por órgãos e instituições estatais, mas também por indivíduos e grupos sociais organizados da sociedade, como forma de ampliação da esfera pública e da arena política, numa via de mão dupla (Subirats, 2011; Pinho, 2012; Quinn, 2009).

As movimentações sociais, no atual estágio de desenvolvimento da tecnologia e do sistema capitalista, procuram novas estratégias de ação e reordenamentos. Nesse sentido, a avaliação do uso da internet na articulação das ações políticas é fundamental para a compreensão da cidade tecno-científica-informacional e das estruturas de resistência e intervenção que são geradas como meio para o empoderamento do cidadão.

Nos últimos anos esse fenómeno ganhou destaque em diferentes partes do mundo. No Brasil a onda de protestos iniciou-se em junho de 2013, por conta da elevação das tarifas de transportes públicos, e ampliou-se para diferentes causas. Nesses protestos, o Movimento Passe Livre destacou-se na organização.

Em Portugal, os grandes protestos tiveram início em março de 2011, liderados pelo grupo Geração à Rasca. Outros protestos têm ocorrido noutros países, tais como a Tunísia, Egito, Espanha, EUA, entre outros, com importantes desfechos políticos (Castells, 2013). Esse artigo, no entanto, está centrado no *webativismo* ocorrido no Brasil e Portugal, mais especificamente as assim chamadas *Jornadas de Junho*, ocorridas no ano de 2013 no Brasil, e as três grandes manifestações ocorridas em Portugal em março de 2011, setembro de 2012 e março de 2013. As manifestações selecionadas fornecem materialidade ao estudo, que pretende verificar se a presença da tecnologia influencia o desenvolvimento do ativismo político. Além disso, a recuperação dos casos ocorridos no Brasil e Portugal permite verificar a hipótese de que o ativismo digital, mesmo em contextos culturais diferentes e localizados em partes distintas do globo, possui elementos comuns. Partimos do princípio que o atual estágio de desenvolvimento tecnológico possibilita certa homogeneidade no desenvolvimento das ações políticas. Ao verificarmos esses pontos em comum, será possível identificar características estruturais da nossa época e a emergência de uma nova organização na relação entre governantes e governados, caracterizada pela emergência da Multidão (Hardt & Negri, 2005).

As manifestações políticas em Portugal e no Brasil

Diante dos avanços tecnológicos e do seu impacto na organização política e social, o fenómeno do ciberativismo aponta para a observação de diferentes fatores para ser compreendido. En-

tendemos que o uso das TIC no ativismo político tem acontecido no mundo inteiro pela forma como a velocidade do desenvolvimento tecnológico tem ocorrido e, também, pelo esvaziamento das instituições de representação, algo que também pode ser verificado em diferentes países. Esse trabalho não realizou uma pesquisa primária com os movimentos organizadores dos protestos, mas levantou e comparou dados de pesquisas realizadas sobre o fenómeno no Brasil e em Portugal. Além disso, foram realizadas algumas entrevistas com especialistas e ativistas, a fim de se confirmar as hipóteses levantadas.

O estudo de Sousa (2013) revela que em Portugal o início das manifestações ocorreu por conta de um desdobramento da crise económica. Uma medida tomada pelo governo fez com que um grupo de jovens se organizasse fazendo uso do Facebook:

O grupo que se auto designou como “Geração à Rasca” e que inicialmente, tal como a etimologia da sua designação, procurou chamar a atenção do poder político e da restante população, sobre as degradantes e incertas circunstâncias de sobrevivência da geração, que agora termina/terminou os seus estudos e que procura a sua integração no mercado de trabalho. Esta manifestação acabou, no final de contas por mobilizar várias e diferentes gerações, bem como estratos sociais distintos (Sousa, 2013: 45)

Um ano e meio após a primeira manifestação, que ocorrera em 12 de março de 2011, a 15 de setembro de 2012, milhares de pessoas voltaram às ruas para protestar, novamente motivadas por uma questão económica. Segundo Sousa, “milhares de ma-

nifestantes contestaram uma medida muito particular, a descida da TSU para as empresas e subida na mesma proporção para os trabalhadores” (2013: 45).

O mesmo ocorreu com a terceira grande manifestação em Portugal, ocorrida em março de 2013 e com as jornadas de junho do mesmo ano no Brasil. É certo que em cada movimento há fatores conjunturais específicos, no entanto, é possível identificar as semelhanças a fim de se encontrar um padrão de realização desses eventos. De acordo com Sousa,

É precisamente esta característica, que é transversal aos três eventos, todos eles surgiram e foram organizados de forma informal através de diferentes grupos criados no Facebook. Para além do facto de terem sido organizados a partir de grupos informais que têm no Facebook o seu “palco” predileto de atuação e de organização. Este tipo de associativismo tem a parte de uma base bastante informal e inorgânica (2013: 46).

O autor pergunta-se o que há de novo nessa forma de organização propiciada pelo uso da tecnologia. A inorganização aponta já indica uma diferença, uma vez que os movimentos não se edificam a partir das instituições formais. Além disso, o uso das redes sociais como meio de organização propicia alta velocidade de comunicação e descentralização, resultando em movimentos muito pouco hierarquizados. Essa constatação coincide com o diagnóstico de Hardt e Negri (2005), que chama a atenção para a multidirecionalidade das forças políticas presentes na Multidão. E, assim como Hardt e Negri apontam que a emergência da Multidão responde à constituição do Império, também é preciso

que estejamos atentos para o fato de que os movimentos de que tratamos são uma resposta a um fenómeno que diz respeito à própria constituição do Estado e suas fragilidades. Essa realidade, comum aos dois países em questão, conforma uma das hipóteses para esse estudo, a de que a emergência desses movimentos coincide com a crise de representatividade. É justamente porque o Estado não cumpre com seu propósito de viabilizar um efetivo bem-estar social, somado ao fato de que as instituições políticas passaram por um longo processo de esvaziamento em detrimento da emergência dos meios de comunicação de massa, é que compreendemos a adequação do uso das TIC com propósitos políticos. Ulrich Beck reforça esse argumento alegando que:

(...) está a surgir um mundo duplo, em que uma das suas partes não pode ser representada na outra: um mundo caótico de conflitos, de jogos de poder, de instrumentos e arenas que pertencem a duas épocas diferentes, a da modernidade “inequívoca” e a da modernidade “ambivalente”. Num lado, desenvolve-se o vazio político das instituições, no outro, um renascimento não institucional do fenómeno político (2000: 17).

Sousa (2013, 2019) avalia que o uso das TIC, especificamente o Facebook, pode ser enquadrado num fenómeno de ampliação da participação política. Esse renascimento não institucional da política de que fala Ulrich Beck é que nos instiga a perguntarmo-nos sobre os seus limites e sobre os seus significados. Não é possível avaliar a emergência desses movimentos sem que se olhe detidamente para as suas causas. Por um lado, vemos um

processo de despolitização, por outro a emergência de manifestações políticas de grandes proporções que tomaram as ruas de diferentes cidades do mundo. Para João Sousa, em Portugal, ocorreram quatro fatores determinantes:

Um 1º fator prende-se com a já identificada crise da participação e mobilização política no âmbito da política convencional. O 2º fator, diz respeito às profundas mudanças na própria mobilização, passando de ser eminentemente coletiva, para se fazer sempre com uma importante componente pessoal e individual e em torno de causas e problemas muito específicos. Em 3º lugar assiste-se a uma forte explosão dos dispositivos tecnológicos que potenciam a criação de uma vasta rede digital, que coloca em interação atores de diferentes origens, são os casos das redes sociais Facebook, Twitter e Redes que têm estado no centro de um efervescente debate teórico, sobre as suas potencialidades para a participação política e debate público, tendo o vasto exemplo da “primavera árabe” como um precioso laboratório de análise. Finalmente, e em 4º lugar, a profunda crise económica, financeira e consequentemente política e social, que a Europa, e muito em particular Portugal, têm experienciado o que faz do atual panorama um verdadeiro nicho de estudos, no qual o debate público e político tem preenchido grande parte dos jornais e noticiários (2013: 53).

Os elementos levantados pelo autor para explicar a emergência das movimentações políticas em Portugal não se distanciam dos autores brasileiros ao avaliarem as manifestações de junho de 2013 ocorridas por diversas cidades no Brasil. Há, portanto, uma confluência de fatores que transitam entre a mudança do modo de se participar da política, incluindo a presença dos recursos tecnológicos como meio para a mobilização de forma massiva e

rápida, e a conjuntura política e económica que conformam uma crise das instituições tradicionais de representação.

É importante frisar que nos dois casos estudados ocorre uma relação direta do fenómeno político com o económico. Os movimentos sociais constituem-se em movimentos políticos que reagem a diferentes fatores conjunturais. Nos casos avaliados aqui, em ambos os países vemos o descrédito das instituições políticas, mas o fato económico funciona como gatilho. Em Portugal essa tendência fica evidente na manifestação de 15 de setembro de 2012 que reagia à proposta do governo de redução da Taxa Social Única (TSU) para empregadores e uma elevação proporcional para os trabalhadores. No Brasil, as manifestações de junho de 2013 foram uma resposta direta à elevação das tarifas dos transportes públicos. É evidente que essas medidas económicas *per si* são insuficientes para explicar os fenómenos políticos e sociais, mas é importante notar que este tipo de estopim revela o caráter individualista das manifestações, fato que nos ajuda a compreender a coincidência de mobilizações massivas e o fenómeno da despolitização. Ao analisar as organizações que ganharam destaque nas mobilizações é possível identificar semelhanças entre elas, tanto as que atuaram no Brasil², quanto as que atuaram em Portugal³. Estudos como o feito por Sousa (2013) e Araújo, Santos e Penteado (2013), e muitos outros, re-

² “Movimento Passe Livre”; “Movimento Tarifa Zero”; “Coletivo Fora do Eixo”; “AnonymousBR” e “Mídia Ninja” (sobre este último, ver o interessante estudo no domínio das práticas culturais digitais de Quintas e Silva, 2019).

³ “Que se Lixe a Troika”; “Indignados Lisboa”; “Democracia e Dívida”; “O Povo é Quem mais Ordena”; “RiseUp Portugal”; “Artigo 21º”; “15 Outubro” e “FLAM Colectivo”.

velam que a dinâmica interna dessas organizações possui um mínimo denominador comum que corrobora as hipóteses dessa pesquisa.

Todos esses movimentos apresentam um baixo grau de institucionalização, não possuem códigos formais de conduta e organização. O funcionamento ocorre a partir da delegação de tarefas e debates *online* para a organização de ações *offline*, revelando uma significativa transversalidade inexistente em organizações políticas tradicionais. Os movimentos examinados também possuem em comum o fato de lidarem com informações de forma superficial e pouco reflexiva, havendo predominância de informações direcionadas aos propósitos da organização, revelando um conteúdo mobilizador, mas pouco formativo. Isso implica o reconhecimento de haver pouco debate nos fóruns virtuais na maioria dos casos e a predominância de causas individuais como elemento de adesão. A comunicação interna é caracterizada por uma verticalidade na sua elaboração, o que contradiz o discurso de horizontalidade dessas organizações.

Por fim, todas essas organizações têm em comum a resistência ao sistema de representação tal como se constitui nos dois países. Isso revela que a emergência desses movimentos pode ser inserida em um contexto mais amplo que corresponde a uma crise de representação. A coincidência dos movimentos surgirem em contexto de crise econômica reforça a hipótese de que o Estado não atende à atenção das demandas da população. Esse dado tomado de forma isolada não diz muita coisa, uma vez que ao longo da história o estado de bem-estar social pleno

jamais foi alcançado. No entanto, esse descontentamento surge a partir de 2011 coincidente com a emergência das ferramentas tecnológicas, o que permitiu que minorias sociais pudessem ter voz e organização.

Considerações finais

A cibercultura promove um novo tipo de socialização por fornecer aos indivíduos informações velozes que vencem o espaço e subtraem o tempo, além de fomentar o imaginário com infinitas possibilidades de expressão. Essa velocidade, no entanto, promove a distância entre o indivíduo e o mundo e contribui para a construção do hábito de informar-se sem que se faça uma reflexão cuidadosa. O processo de esvaziamento das instituições, tais como partidos políticos e sindicatos, onde ocorriam debates e discussões políticas, coincide com a emergência dos meios de comunicação de massa como instituição mediadora entre governantes e governados. A ausência do debate político somada à unilateralidade dos meios tradicionais de comunicação resultaram num longo processo de esvaziamento da cultura política dos indivíduos. A aceleração promovida pelas TIC reforça essa situação e caracteriza o palco a partir do qual os recentes protestos ocorreram.

Os pesquisadores Jussara Borges e Othon Jambeiro num artigo sobre os usos da internet na participação política afirmam:

As OSC [Organizações da Sociedade Civil], que historicamente reivindicam espaços de participação e promoção de oportunidades para a esfera civil, vêem na internet uma janela para a

expressão de identidades e valores. Nesse sentido, a internet propicia um canal em que os atores podem problematizar suas questões e interesses a partir de sua própria elaboração, questões estas que muitas vezes permaneciam ocultas pelos que controlam os meios de comunicação (2012: 45).

O *webativismo*, nas suas múltiplas dimensões, tem demonstrado a sua capacidade de debater questões que até então eram esquecidas pela mídia tradicional. Ao circular as informações com velocidade oferece um dinâmico elemento de influência, capaz de pautar as ações dos representantes públicos e, em alguns casos, pautar a agenda da própria mídia tradicional e modificar a opinião pública.

O uso da internet permite a criação de novas formas de exercício da política, para além da representação política tradicional, contribuindo para a ampliação da democracia. As TIC funcionam como importantes ferramentas de ação e comunicação, que permitem a associação dos atores, unidos pelo formato de rede, redefinirem as suas relações de poder, eliminando intermediações e possibilitando formas diretas de ação e transformação, inclusive influenciando sobre as políticas públicas (Egler, 2010).

Os protestos no Brasil e em Portugal foram ouvidos pelos respectivos governos e resultaram em medidas específicas em resposta às demandas. Todas essas reações por parte dos governos devem ser vistas dentro de um contexto específico, mas é significativo que mudanças que poderiam levar meses e até anos para serem implementadas foram aceleradas por conta da pressão realizada pelos protestos. Esse novo tipo de atuação política

deve ser avaliado com cuidado, a fim de que se possa perceber se implicam mudanças no modelo de participação e se influenciam o desenvolvimento de políticas públicas.

A presença das redes e o uso das TIC têm permitido ampliar o significado da participação e suscitado novos debates acerca da democracia. De fato, a movimentação pela qual atravessa o mundo, pelo menos nos últimos cinco anos, tem chamado a atenção de pesquisadores, mas também de diferentes formadores de opinião e agentes do Estado. As manifestações ocorridas no Brasil e em Portugal selecionadas para esse estudo, por exemplo, demonstraram a necessidade de uma ampliação dos espaços de participação e de uma renovação dos procedimentos democráticos, como afirma Subirats:

Essa democracia renovada que buscamos, essa defesa do comum que nos impulsiona, tem na internet, como já destacamos, um cenário de potencialidades evidente. Politicamente, pois facilita notavelmente o acesso, a informação e a mobilização, evitando a transição-intermediação forçosa via partidos-instituições (2011: 94)⁴.

As ações analisadas neste artigo demonstram possuir uma inventividade nas estratégias de mobilização e dão forma a um novo momento do ativismo político. Isso corresponde ao estágio de desenvolvimento tecnológico em que nos encontramos e ao grau de racionalidade que atingimos. Segundo Milton Santos (1996) vivemos num meio técnico-científico-informacional, que corresponde ao grau de desenvolvimento tecnológico da nossa

⁴ Tradução do autor.

época e todas as suas implicações. Esse meio indica uma nova relação espaço-temporal que está em sintonia com o atual estágio de desenvolvimento do mundo do trabalho e da globalização. Dessa realidade é possível extrair pelo menos duas informações importantes: i) as presenças da tecnologia e da racionalização conduziram os indivíduos a um insulamento provocado pela aceleração do tempo e pelo totalitarismo do trabalho. Isso gerou um longo processo de despolitização e enfraquecimento dos espaços tradicionais de participação, tais como os sindicatos e partidos políticos. ii) a presença de tecnologias altera tanto o cotidiano das instituições, quanto dos cidadãos. Assim, se não existe tempo durante o dia para que o cidadão se dedique à política, uma vez que o mundo do trabalho o ocupa, a presença das TIC permite novas formas de articulação e criativas iniciativas de mobilização. A despeito da profissionalização da política, que ganhou forma no institucionalismo e na própria democracia representativa, o que tem sido visto nos últimos anos é a demonstração de que a presença das tecnologias, que sempre foram usadas para o aperfeiçoamento da racionalidade de Estado, passa agora a abrir novos espaços de participação.

É preciso avaliar em que medida o bom uso das TIC pode contribuir para o sucesso de uma ação de mobilização, ponderar a importância do capital simbólico emprestado pelos atores envolvidos e compreender o peso que o desdobramento da ação nos meios de comunicação tradicionais exerce na formação da opinião dos cidadãos sobre o tema considerado.

O conhecimento do potencial de influência das ações pode significar uma maior aproximação do conhecimento da relação entre governantes e governados no atual estágio de desenvolvimento da democracia. O empoderamento do cidadão corresponde a uma nova fase de um longo processo de amadurecimento, tal como afirma Subirats:

A proposta de uma outra democracia, a proposta de uma democracia do comum (...) está ganhando terreno e está presente na crescente mobilização social em todo o mundo. Não há dúvidas de que continuaremos falando dela e, melhor ainda, que continuaremos a experienciá-la (2011: 103).

Ao presenciarmos a intensificação dos protestos de rua e o crescimento em progressão geométrica das ações que se valem das ferramentas da internet como meio de organização, vemos o despontar de uma Multidão (Hardt & Negri, 2005) participativa e engajada, embora ainda demonstre dificuldade em organizar as suas forças. A Multidão é fragmentada, pluralista e articula-se através de redes. Não tem coesão interna, é colaborativa e é, principalmente, criativa e resistente. A sua resistência passa, necessariamente, pela comunicação digital. Esta é uma nova realidade que o mundo vive e que ainda não foi compreendida, pois o ciberativismo tem sido interpretado a partir de velhos modelos. Procuram-se lideranças e causas específicas, mas o modelo de participação não tem sido colocado em pauta. As TIC permitiram ao cidadão ampliar a participação sem sacrificar o mundo do trabalho. A articulação em rede garante à população uma pluralidade de perspectivas sobre os fatos e, principalmente, uma velocidade que a mídia tradicional não consegue acom-

panhar. O resultado disso é que, com uma intensidade cada vez maior, as ações promovidas com o uso das TIC têm pautado a agenda da mídia tradicional. Esse procedimento tem sido adotado como estratégia pelos *webativistas*, e tem se mostrado como algo bastante eficaz para chamar a atenção do poder público. Ao analisar as diferentes iniciativas de ciberativismo, cria-se um parâmetro de compreensão do comportamento da Multidão. De acordo com Hardt e Negri,

Já podemos reconhecer que hoje o tempo se divide em um presente que já está morto e um futuro que já nasceu – e o abismo entre os dois vai se tornando enorme. Com o tempo algum evento haverá de nos impulsionar como uma flecha para esse futuro vivo. Será este o verdadeiro ato de amor político (2005: 447).

Os autores não escondem o otimismo na sua análise. A avaliação da realidade política contemporânea, realizada antes da onda de manifestações que se espalharam pelo mundo e chegaram ao Brasil e a Portugal, já apontava para a possibilidade de uma nova participação política como forma de resistir à sociedade de controlo. Hardt e Negri afirmam que, no contexto de globalização e neoliberalismo, “a democracia global terá de significar algo diferente do que significa democracia no contexto nacional ao longo de toda a era moderna” (Hardt & Negri, 2005: 294). Isso significa o reconhecimento de que o controlo por parte dos governantes, na forma plural que assume na contemporaneidade, deverá ser tratado por parte dos governados com novas estratégias, com a constituição de uma força que ultrapassa a violência física e apela para a socialização do poder simbólico.

As redes tecnosociais modificaram totalmente o cotidiano dos homens. A convergência digital faz com que os indivíduos estejam conectados durante o dia inteiro e tenham acesso a uma quantidade imensurável de informações. Essa realidade técnico-científica-informacional implica o reconhecimento de que a participação política compreende o entrelaçamento dos mundos *online* e *offline*. A opinião pública condiciona-se a essa velocidade e, a despeito de não haver uma cultura política generalizada, a sociedade civil organizada parece ter percebido como se valer dessa realidade, fazendo com que haja a validação de propostas pelo maior número possível de pessoas através de mecanismos diversos. Os governos têm percebido essas mudanças e têm procurado adaptar-se. No entanto, se a nova realidade implica um processo constante de inventividade e renovação, as estratégias de mobilização oferecem sempre novos meios de se exercer pressão e os governantes são obrigados a responderem de alguma forma a essas manifestações, como foi visto nos casos analisados nesse artigo.

Por fim, a avaliação dos protestos ocorridos em Portugal e no Brasil revela que nos dois países, mesmo com realidades aparentemente muito distintas, as movimentações políticas guardam semelhanças, o que pode indicar um padrão para esses movimentos organizados em rede e a partir do uso das TIC. Em ambos os casos vemos um gritante estado de afastamento das instituições políticas por parte da população e, por conseguinte, uma flagrante ausência de cultura política. Essa realidade não está atrelada a classes sociais ou à escolaridade, trata-se de uma realidade contemporânea e que se generaliza.

O avanço e a presença das tecnologias, somados ao desinteresse pela política, faz com que pequenos grupos da sociedade civil organizada tomem a frente na organização dos movimentos. Isso não significa que essas organizações sejam verticalizadas, pelo contrário, não possuem elementos formais de instituição e não seguem uma hierarquia. No entanto, alguns poucos politizados, que dominam o uso das ferramentas digitais, acabam por se destacar e atuar de forma estratégica junto à população, adotando diferentes ações que sejam capazes de fazer volume nas ruas, a fim de exercer pressão no poder público.

A população que adere ao chamamento das organizações encontra uma oportunidade de participar de alguma forma da vida pública. Tem em mente, em geral, não a necessidade de agir coletivamente e lutar por uma causa comum animada por uma motivação ideológica, mas sim reclamar uma causa individual. Nesse sentido, o contexto de crise económica e de crise de representatividade é comum aos dois casos estudados. Essa conjuntura, somada à cobertura dos meios de comunicação tradicionais, cria as condições favoráveis para que as manifestações ganhem volume.

Este capítulo não teve a finalidade de exaurir as causas dos diferentes protestos examinados, nem tão pouco explicar de forma conclusiva o fenómeno político pelo qual passamos. Trata-se de uma realidade bastante complexa, que implica um número grande de variáveis para sua melhor compreensão. A avaliação de casos distintos como o brasileiro e o português teve a intenção de contribuir para uma visão mais sistémica do momento

em que vivemos e indicar algumas pistas para que se reflita sobre o complexo fenómeno do ciberativismo e suas implicações para a democracia.

Bibliografia

Araújo, R., Pentead, C. & Santos, M. (2013). *Democracia digital e experiências de eParticipação: construção do Índice de Participação e Influência no processo de desenvolvimento de Políticas Públicas*. Paper apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8573&Itemid=429.

Augé, M. (1994). *Não-lugares*. São Paulo: Papirus.

Beck, U. (2000). A reinvenção da política. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Orgs.), *Modernização Reflexiva: política, tradição, e estética no mundo moderno* (pp. 1-51). Oeiras: Celta Editora.

Beck, U. (2013). *A Europa Alemã. De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de Poder na Crise do Euro*. Lisboa: Edições 70.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz & Terra. Disponível em: ftp://ftp.ige.unicamp.br/pub/aulas_profa_leda/Castells,M.%20A%20sociedade%20em%20rede.%20Cap%206.pdf

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança : movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar. Disponível em: https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/teaser_CASTELLS_RedesDeIndignacaoEEsperanca.pdf

Egler, T. (2010) Redes tecnosociais e democratização das políticas públicas. *Sociologias*, 12(23), jan/abr, 208-236. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/08.pdf>

Frey, K. (2003). Governança urbana e redes sociais: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação. *ENCONTRO ANUAL DA ANPAD*, 27, Atibaia, ANPAD.

Hardt, M. & Negri, A. (2005) *Multidão*. Rio de Janeiro: Record.

Harvey, D. (1992). *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola. Disponível em: https://www.academia.edu/31738097/David_Harvey_A_condi%C3%A7%C3%A3o_p%C3%B3s_moderna._Livro_COMPLETO

Kahn, R. & Kellner, D. (2004). New Media and Internet Activism: from the "Battle of Seattle" to Blogging. *New Media & Society*, 6 (1), 87-95. Available in: https://www.researchgate.net/publication/240595237_New_Media_and_Internet_Activism_From_the_Battle_of_Seattle_to_Blogging

Lemos, A. (2004). *Cibercultura - Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina.

Lemos, A. & Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus.

Lévy, P. (1996). *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34.

Machado, J. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 9(18), jul/dez, 248-285. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>

Matos, H. (2007). *TIC's, internet e capital social*. *Líbero*, 10(20), 57-68. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/TIC%E2%80%99s-internet-e-capital-social.pdf>

Meijer, A., Burger, N. & Ebbers, W. (2009). Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet. *Electronic Journal of e-Government*, 7(1), 99-112. Available in: <https://ris.utwente.nl/ws/portalfiles/portal/6757166/ejeg-volume7-issue1-article183.pdf>

Moraes, D. (2000). Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 23(2), 142-155. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2028/1803>

Pinho, J. (org.) (2012). *Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas*. Salvador: EDUFBA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16738/3/estado,%20sociedade%20e%20interacoes.pdf>

Putnam, R. (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Disponível em: <http://humana.social/wp-content/uploads/2017/01/PUTNAM-Robert-1993-Comunidade-e-Democracia-A-Experi%C3%Aancia-da-It%C3%A1lia-Moderna.pdf>

Quintas, C. & Silva, I. (2019). Práticas em contexto da cultura digital: o caso Mídia Ninja. In P. Lopes & Carriço Reis, B, *Comunicação Digital: media, práticas e consumos*. Lisboa: Edual, pp. 53-74. Disponível

em <https://nipcom.autonoma.pt/ebook-comunicacao-digital-media-praticas-e-consumos/>.

Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp. Disponível em: http://files.leadit-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf

Scherer-Warren, I. (2006) Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado, Brasília*, 21(1), 109-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>

Sousa, J. (2013). *Participação política no Facebook – continuidade e reconfigurações*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Beira Interior, Covilhã, Portugal. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/2756>

Sousa, J.; Carriço Reis, B. & Morais, R. (2019). Facebook e mobilização cívica em tempos de Troika. In P. Lopes & B. Carriço Reis, *Comunicação Digital: média práticas e consumos*. Lisboa: Edual, pp. 115-136. Disponível em <https://nipcom.autonoma.pt/ebook-comunicacao-digital-media-praticas-e-consumos/>

Subirats, J. (2011). *Otra sociedad, otra política? – De “no nos representan” a la democracia de lo común*. Barcelona: Icaria Editorial. Disponible en: <http://www.jose-fernandez.com.es/wp-content/uploads/2013/06/otra-sociedad-otra-politica.pdf>

Virilio, P. (1993). *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Editora 34.